



Brasil quita R\$ 2,2 bilhões com organismos internacionais em 2025

Venda de motocicletas em 2025 é a maior dos últimos 22 anos

Página 3

Lula diz que salário-mínimo é baixo, mas aponta importância de direito

Página 6

AGU vai investigar apagões em São Paulo; ordem foi do presidente Lula

Os apagões em São Paulo vão ser investigados pela Advocacia-Geral da União (AGU) após ordem do presidente Lula.

Uma portaria, publicada na sexta-feira (16) no Diário Oficial da União, criou um grupo especial que vai avaliar os casos e as medidas adotadas pela concessionária Enel.

Os procuradores vão analisar todos os episódios relevantes de queda na distribuição de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, a partir de 2023 até o presente.

O relatório final deve ficar pronto em 30 dias, contados a partir da próxima segunda-feira (19), quando o grupo de trabalho será constituído.

O documento deverá ter a descrição dos casos avaliados, a análise das provisões adotadas pela Enel e a indicação de possíveis medidas jurídicas e institucionais.

Ele vai embasar a decisão da presidência da República sobre ações que podem ser tomadas a respeito do tema.

Caso recente

O último apagão em São Paulo aconteceu em dezembro, entre os dias 8 e 14. Mais de quatro milhões de consumidores ficaram sem energia.

Entre eles, a Regina de Almeida, moradora da Zona Norte que ficou 48 horas sem luz:

"Tivemos problema de fornecimento de água, porque no prédio não tem gerador para fazer a bomba d'água funcionar. Também não tem elevador. E o problema maior era com a questão do remédio, que tem de ficar na geladeira. A gente ficou mantendo ele com gelo reciclado que estava no congelador e fomos trocando. A gente ficou também sem internet. Para o bairro, a gente foi pra academia ou casa de parentes."

O Procon de São Paulo chegou a multar a concessionária em R\$ 14 milhões por causa desse episódio e outros que ocorreram entre 21 e 23 de setembro do ano passado.

A CGU também chegou a fazer um relatório sobre as quedas de energia em São Paulo em 2023 e 2024. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,37
Venda: 5,37

TURISMO

Compra: 5,40
Venda: 5,58

EURO

Compra: 6,22
Venda: 6,22

Petrobras supera projeções e tem produção recorde em 2025



Foto: Petrobras Divulgação

Página 3

O Brasil destinou cerca de R\$ 2,2 bilhões em 2025 para a quitação de contribuições obrigatórias a organismos internacionais, informou na quinta-feira (15), em Brasília, o Ministério do Planejamento e Orçamento. O dinheiro também foi usado em integralizações e recomposições de cotas em bancos de desenvolvimento e fundos multilaterais.

Segundo o governo, os pagamentos garantiram a adimplência do Brasil em fóruns globais, regionais e setoriais estratégicos.

No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o país quito integralmente compromissos com o orçamento regular, missões de paz e mecanismos judiciais vinculados à ONU, passando a integrar um grupo restrito de nações totalmente adimplentes com a organização. Também foram honradas contribuições a agências especializadas em áreas como saúde, educação, trabalho e migração.

Estratégia

Segundo o ministério, a estratégia de pagamentos escalonados ao longo do ano, aliada ao monitoramento da taxa de câmbio, permitiu reduzir custos para o Tesouro Nacional e assegurar previsibilidade orçamentária. A regularização das obrigações reforça o compromisso do Brasil com o multilateralismo, a integração regional e a responsabilidade fiscal. (Agência Brasil)

Estado de São Paulo confirma primeira morte por dengue em 2026

Página 2

Notas do Enem 2025 já estão disponíveis na internet

Página 4

Farmacêutica libera injeção contra HIV para estudo da Fiocruz em sete cidades do país

Página 6

Esporte

Triumph renova patrocínio ao MOTO1000GP em 2026 com subsídio à GP600



Ricieri Luvizotto foi vice-campeão da GP600 com a Triumph Street Triple 765 RS

A Triumph Motorcycles Brasil renova seu patrocínio ao MOTO1000GP e reforça sua atuação no motociclismo brasileiro. A continuidade da parceria na temporada 2026 reafirma o compromisso da marca com o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade e com o desenvolvimento do esporte no país. Além do patrocínio, a Triumph manteve atividades de marca e ações de relacionamento com clientes no ambiente do campeonato, dando sequência às iniciativas realizadas nas etapas da competição.

"A Cota de Apoio Marcas é essencial porque viabiliza o subsídio das motocicletas na GP600, categoria que representa o próximo degrau na formação dos pilotos dentro do MOTO1000GP. No caso da Triumph, essa lógica se conecta diretamente à Daytona 660 CUP, onde o campeão da temporada recebe uma Street Triple 765 RS, mesma moto utilizada de forma subsidiada na GP600. Esse modelo cria um caminho claro de evolução esportiva, ao mesmo tempo em que aproxima as montadoras do campeonato por meio de ações, presença no paddock e ações de relacionamento com o público, conectando a competição ao consumidor final", afirma Gilson Scudeler, CEO do MOTO1000GP.

A Street Triple 765 RS é a premiação destinada ao campeão da Daytona 660 CUP, categoria do MOTO1000GP desenvolvida em parceria com a marca, que utiliza o modelo Triumph Daytona 660 e atua como uma categoria intermediária entre as classes de entrada, como as motocicletas de 300cc, e a GP600, preparando os pilotos para a transição técnica e competitiva dentro do campeonato.

O investimento no MOTO1000GP é um pilar estratégico da Triumph, que mantém ativações de marca, ações de relacionamento com clientes e experiências no paddock, dando confiabilidade às iniciativas realizadas

na temporada anterior e ampliando sua conexão com o público do esporte motor. Com mais de 120 anos de história, a Triumph Motorcycles é referência global em design, engenharia e competições, sendo fornecedora exclusiva de motores da Moto2. Com 44 concessionárias em solo nacional, em 2025, a marca britânica atingiu a marca de 80 mil motocicletas produzidas no Brasil desde 2012, ano em que fundou sua fábrica em Manaus.

"A renovação do patrocínio ao MOTO1000GP reforça o compromisso da Triumph com o desenvolvimento do motociclismo brasileiro e com a formação de novos talentos. Estar

presente de forma ativa no campeonato, apoia categorias estratégicas como a GP600 e a Daytona 660 CUP, nos permite contribuir diretamente para a evolução técnica dos pilotos e para a sustentabilidade do esporte no país. Além disso, o MOTO1000GP é uma plataforma importante de relacionamento com nossos clientes e fãs, conectando a performance e a tecnologia das pistas com a experiência Triumph fora delas," afirma Renato Fabrini, General Manager da Triumph Motorcycles Brasil.

O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Motul, Pirelli, BMW Motorrad, Suhar Seguradora e Ducati, e o apoio da Revista Duas Rodas e da plataforma Motorsport.com. As corridas são transmitidas no canal do YouTube da MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do Canal RACER Brasil.

Estado prevê isenção para carros com mais de 20 anos desde 2008

Em 2026, todos os estados do Brasil passam a adotar a isenção do IPVA para carros com 20 anos de fabricação ou mais, de acordo com a emenda à Constituição promulgada no ano passado.

O Estado de São Paulo, porém, já adota a isenção do imposto para carros com 20 anos de uso desde 2008, quando foi sancionada a Lei 13.296. De acordo com a Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP), a isenção é automática. O proprietário não precisa apresentar requerimento nem enviar documentos, uma vez que o encadramento ocorre utilizando as informações cadastrais

informatizadas do veículo.

Com base nesse critério, 16,1 milhões de veículos não precisam recorrer ao imposto em São Paulo, atualmente, segundo dados da Sefaz-SP.

A Lei 13.296 também disciplina as alíquotas a serem cobradas para o IPVA no estado, que variam de 1,5% a 4%, de acordo com a natureza do veículo: 4% para carros de passeio; 2% para motocicletas e similares, caminhonetes cabine simples, micro-ônibus, ônibus e maquinário pesado; 1,5% para caminhões e 1% para os veículos de locadoras.

As alíquotas são aplicadas sobre o valor venal do veículo,

que é reajustado anualmente por meio de pesquisa de mercado realizada no mês de setembro do exercício anterior, conforme a legislação vigente. Para saber o valor venal do veículo o proprietário pode consultar o Sistema de Veículos (Sive), uma página simplificada no site da Sefaz-SP.

De acordo com a Sefaz-SP, apenas 20 de veículos com 20 anos ou mais estarem isentos do pagamento do IPVA, o licenciamento anual do veículo permanece obrigatório.

Isenção para motos até 180 cilindradas

Em dezembro de 2025, o



Governo de São Paulo sancionou a Lei que isentou as motocicletas, ciclomotoras e motonetas até 180 cilindradas do pagamento do IPVA.

A isenção já vale para 2026 para os veículos que estejam em situação regular de registro e de licenciamento. A medida beneficia milhões de motociclistas e tem forte impacto no orçamento de quem utiliza a moto como instrumento de trabalho, especialmente entregadores e prestadores de serviço do estado de São Paulo.

Todas as informações sobre o IPVA de São Paulo podem ser consultadas na página no portal da Sefaz-SP. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.journalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o vereador Hanna Ghabri foi um dos casos pra história do parlamento paulistano

PREFEITURA (São Paulo)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o prefeito Celso Pitta foi um dos casos pra história do Executivo paulistano

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o ex-deputado estadual José Maria Marin foi um dos casos pra história do futebol mundial

GOVERNO (São Paulo)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o ex-governador Paulo Maluf foi um dos casos pra história da Câmara Deputados(as)

CONGRESSO (Brasil)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o então deputado José Dirceu foi um dos casos pra história da Câmara Deputados(as)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o Lula [hoje novamente presidente] foi um dos casos pra história do Executivo nacional

PARTIDOS (Brasil)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o ex-deputado e dirigente do PL Valdemar Costa Neto foi um dos casos pra história dos partidos

JUSTIÇAS (Brasil)

Com os ex-presidentes Collor e Bolsonaro condenados e presos, vale lembrar que o juiz [Tribunal Regional do Trabalho SP] Nicolau 'Lalau' foi um dos casos pra história das Justiças

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetorreal

cesar@journalistacesarneto.com

PALAVRA - "Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade". João 4:24

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiapsp.com.br

Site: www.jornalodiapsp.com.br

O Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER-SP), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), entregou 50 vias modernizadas à população do Estado de São Paulo em 2025. Foram 74 obras municipais iniciadas com investimento superior a R\$ 1,2 bilhão. Ao todo, 685,67 quilômetros de vias receberam serviços de pavimentação e melhorias, ampliando a conectividade entre os municípios e promovendo maior eficiência na transportação regional.

Em 2025, foram entregues 24 estradas municipais, com investimento total de R\$ 301,2 milhões. As intervenções contribuíram para a otimização da mobilidade urbana e rural, além de reforçarem a segurança viária e a qualidade da infraestrutura local.

Nas rodovias estaduais administradas pelo Departamento, 15 obras foram concluídas no último ano no âmbito da conservação especial, resultando na recuperação de 327,87 quilômetros. O investimento do DER-SP em preser-



De janeiro de 2023 a dezembro de 2025, o DER-SP investiu R\$ 8,4 bilhões em 443 obras, sendo 260 estradas municipais e 183 rodovias estaduais.

var vidas, aumentar a segurança viária e promover mudanças na economia local e gerar empregos.

Além disso, por meio do TESP (Tesouro), foram entregues 11 obras, totalizando 77,15 quilômetros de intervenções, com aporte de R\$ 420,5 milhões, reforçando o compromisso com a modernização e a manutenção da malha rodoviária estadual.

"Esse resultado reflete o compromisso do DER-SP em preser-

tradas municipais e 183 em rodovias estaduais.

Com isso, 6.038 quilômetros de rodovias estaduais e estradas foram recuperados, gerando 15.733 empregos diretos e 47.200 empregos indiretos.

Além disso, há obras em andamento: R\$ 396,51 milhões em 14 obras de rodovias estaduais (51,22 km), R\$ 178,27 milhões em 6 obras do Programa de Conservação Especial (131,05 km) e R\$ 1,25 bilhão em 60 obras de estradas municipais (660,24 km).

Programa São Paulo Pra Toda Obra

As intervenções fazem parte

do programa São Paulo Pra Toda Obra, que prevê a modernização de mais de 22,3 mil quilômetros de rodovias, estradas estaduais e vicinais, com cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos. A iniciativa já beneficiou mais de 540 cidades, contribuindo para a redução de acidentes, a preservação das vias e o impulso ao desenvolvimento em todas as regiões do Estado. (Governo de SP)

Estado de São Paulo confirma primeira morte por dengue em 2026

Em 2026, o estado já registra 971 casos confirmados e 3.389 em investigação, dentro dos quais dois óbitos. Há até o momento três casos de dengue graves confirmados em território paulista.

As regiões de Aracatuba e Presidente Prudente, no Oeste do estado, têm as maiores taxas de incidência, respectivamente, com 13,58 e 8,57 casos por 100 mil habitantes.

Segundo o Ministério da Saúde, os casos de dengue no país, em 2026, somam 9.667 casos prováveis com três óbitos em investigação. Em 2025 foram 16.657,93 casos prováveis e 1.780 óbitos.



O período de maior incidência da dengue no Brasil nos últimos dois anos foi entre o começo de março (oitava semana) e o final de maio (vigésima semana). (Agência Brasil)

Fatecs iniciam matrículas de ingressantes do Vestibular e do Provão Paulista



Acompanhamento das chamadas para matrícula, envio de documentos e o cumprimento dos prazos são de responsabilidade do candidato

gadas no site provaopaulistase-riado, vunesp.com.br.

O procedimento de matrícula é o mesmo para os dois processos seletivos e deve ser realizado exclusivamente de forma online, por meio do Sistema da Matrícula Remota das Fatecs, disponível no site siga.cps.sp.gov.br/matricula/matricularemota.aspx. Para acessar o sistema, o candidato deve informar CPF e data de nascimento e seguir as instruções.

dias 3 e 5 de fevereiro.

A partir da terceira lista de chamada do Vestibular, as vagas remanescentes passarão a ser vagas diretas diretamente pela Fatec onde o candidato realizou a inscrição.

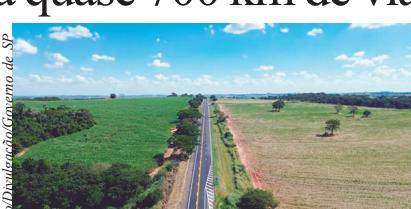
Documentos

Para efetivar a matrícula, os candidatos devem realizar o upload dos documentos exigidos nos formatos PDF, JPG, JPEG ou PNG. A documentação inclui certificado de conclusão e histórico escolar do Ensino Médio, documento de identidade (RG ou Carteira de Identidade Nacional), CPF, foto 3x4 recente, certificado de quitação militar, quando obrigatório, e autodeclaração de nome social, se houver interesse em utilizá-lo.

O acompanhamento das listas e o cumprimento dos prazos são de responsabilidade do candidato. O não envio da documentação no período estabelecido resulta na perda da vaga. (Governo de SP)

DER-SP investe R\$ 1,2 bilhão e

moderniza quase 700 km de vias em 2025



De janeiro de 2023 a dezembro de 2025, o DER-SP investiu R\$ 8,4 bilhões em 443 obras, sendo 260 estradas municipais e 183 rodovias estaduais.

tradas municipais e 183 em rodovias estaduais.

Com isso, 6.038 quilômetros de rodovias estaduais e estradas foram recuperados, gerando 15.733 empregos diretos e 47.200 empregos indiretos.

Além disso, há obras em andamento: R\$ 396,51 milhões em 14 obras de rodovias estaduais (51,22 km), R\$ 178,27 milhões em 6 obras do Programa de Conservação Especial (131,05 km) e R\$ 1,25 bilhão em 60 obras de estradas municipais (660,24 km).

Programa São Paulo Pra Toda Obra

As intervenções fazem parte

do programa São Paulo Pra Toda Obra, que prevê a modernização de mais de 22,3 mil quilômetros de rodovias, estradas estaduais e vicinais, com cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos. A iniciativa já beneficiou mais de 540 cidades, contribuindo para a redução de acidentes, a preservação das vias e o impulso ao desenvolvimento em todas as regiões do Estado. (Governo de SP)

Petrobras supera projeções e tem produção recorde em 2025

A produção de petróleo da Petrobras alcançou 2,40 milhões de barris por dia (bpd), em 2025, com expansão de 11% em relação à produção do ano anterior. As informações foram divulgadas na sexta-feira (16) pela companhia.

O resultado superou em 0,5 ponto percentual (p.p.) o limite superior da meta (+4%) estabelecida no Plano de Negócios 2025-2029.

Quando considerada a produção total de óleo e gás natural, o resultado superou em 2,8 p.p. o limite superior da meta (+4%), alcançando 2,99 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), com crescimento de 11% em relação à produção de 2024.

A produção comercial de óleo e gás natural registrou 2,62 milhões de boed, superando em 0,9

p.p. o limite superior da meta projetada (+4%).

Pré-sal

As marcas de produção de óleo, produção comercial e produção total superaram ainda recordes anuais históricos registrados ao longo de mais de 70 anos da empresa, revelou a Petrobras.

A companhia também estabeleceu no pré-sal novos recordes anuais de produção total própria, de 2,45 milhões de boed, e operada, de 3,70 milhões de boed. O volume de produção no pré-sal representa 82% da produção total da Petrobras.

Além dos poços que a estatal utiliza em sua produção, há ainda aqueles em que ela atua como operadora e que foram arrematados por consórcios de empresas ou empresas.

No ano passado, duas novas

plataformas no pré-sal da Bacia de Santos entraram em operação: o FPSO (navio plataforma flutuante) Almirante Tamandaré, localizado no campo de Búzios, e o FPSO Alexandre de Gusmão, no campo de Mero.

Além disso, o FPSO Marchal Duque de Caxias, em Mero, alcançou o topo de produção, e o FPSO Almirante Tamandaré atingiu recorde de produção, com média de cerca de 240 mil bpd nos meses de novembro e dezembro, tornando-se a plataforma de maior produção do Brasil.

Assoceiamento se somou à avançada dos FPSOs Maria Quitéria, no campo de Jubarte, Anita Garibaldi e Anna Nery, nos campos de Marlim e Voador.

"O aumento significativo de eficiência operacional de todas as unidades operacionais foi fundamental para a superação das me-

tas de produção", apontou a Petrobras, em nota divulgada à imprensa.

A empresa anunciou ainda que atingiu 1 milhão de barris de óleo por dia de produção operada, no campo de Búzios, com apenas seis plataformas, o que demonstra a produtividade elevada dos poços desse campo.

A sétima plataforma, P-78, que entrou em operação em 31 de dezembro, deverá contribuir para a continuidade da trajetória de crescimento da produção da companhia.

Segundo a empresa, os resultados obtidos "são fruto do esforço integrado da força de trabalho da Petrobras para aumentar a produção e manter o compromisso com a atenção total às pessoas, o respeito ao meio ambiente, a preservação da segurança operacional e a confiabilidade dos ativos". (Agência Brasil)

As exportações encerraram 2025 com 43.117 motocicletas embarcadas, volume 39,1% superior ao registrado no ano anterior.

Projeções para 2026

A Abraciclo estima que a produção em 2026 deverá ser de aproximadamente 20.070.000 motocicletas, volume 4,5% superior à 1.980.538 unidades fabricadas em 2025.

A previsão da entidade é que sejam vendidas no país, neste ano, 2.300.000 motocicletas, um avanço de 4,6% em relação às

2.197.851 unidades comercializadas no ano passado.

As exportações, segundo a Abraciclo, também devem apresentar elevação. A entidade estima que 45.000 motocicletas sejam destinadas ao mercado exterior em 2026, crescimento de 4,4% na comparação com 2025.

"As projeções indicam o crescimento consolidado do segmento no Brasil e reforçam o papel estratégico do Polo Industrial de Manaus, o maior polo de produção de duas rodas fora do eixo asiático", afirma o presidente da Abraciclo. (Agência Brasil)

Venda de motocicletas em 2025 é a maior dos últimos 22 anos

A venda de motocicletas no país em 2025 foi a maior registrada desde 2003. Foram comercializadas 2.197.851 unidades no ano passado, uma alta de 17,1% em relação a 2024 (1.876.427 unidades).

O segundo ano com mais vendas foi 2011 (1.940.543 unidades) e o terceiro, 2008 (1.925.558 unidades).

Os dados, divulgados na quinta-feira (15), são da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

INSS bloqueia repasses ao Banco Master por suspeita de irregularidades em consignados

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) bloqueou o repasse de valores ao Banco Master após identificar indícios de irregularidades em contratos de empréstimos consignados firmados com aposentados e pensionistas. Segundo o presidente do instituto, Gilberto Waller Júnior, os contratos analisados não cumprem normas internas do INSS e apresentam falhas, como ausência de informações obrigatorias e problemas de validação de assinaturas eletrônicas.

As informações foram divulgadas por Waller Júnior em entrevista à GloboNews na sexta-feira (16). Ele afirmou que o banco foi impedido de realizar novos empréstimos consignados desde setembro do ano passado, quando o contrato entre o Master e o INSS seria renovado.

De acordo com o presidente da autarquia, as cópias das contas foram solicitadas ao ban-

co após o aumento no volume de reclamações. Ao receber a documentação, o INSS avaliou que os contratos não informam a taxa de juros nem o custo efetivo e apresentam um modelo padronizado considerável aquém do exigido pelas regras do instituto.

Ao todo, cerca de R\$ 2 bilhões, referentes a aproximadamente 254 mil contratos, seguem sob análise do INSS, com os valores retidos até a comprovação da regularidade das operações.

Além dos contratos, Waller Júnior disse que chamou a atenção o fato de a assinatura do segurado constar nos documentos como se fosse uma assinatura eletrônica, mas sem o QR Code que permitiria a confirmação da autenticidade.

"Eles tentaram fazer um acordo pra poder receber esses valores e nós falamos 'não, você não vai conseguir a liberação desse dinheiro até a comprova-

ção que essa assinatura é do nosso aposentado e pensionista'", afirmou.

Desde então, esses recursos não foram liberados ao Banco Master e seguem bloqueados nos cofres públicos até que seja possível comprovar a autenticidade das assinaturas. Waller Júnior afirmou que uma reunião foi marcada com o liquidante do Master, Eduardo Félix Bianchi, e que será concedido um prazo regularização.

Caso não seja comprovada a idoneidade das assinaturas dentro do período estipulado, o INSS cancelará os consignados e devolverá os valores aos beneficiários. "O nosso aposentado e pensionista que teve desconto a partir de setembro pode ficar tranquilo e pode fazer inclusive uma denúncia na nossa ouvidoria para auxiliar na nossa apuração", acrescentou Waller Júnior.

Também na sexta, o INSS in-

formou que firmou acordo com a Fedrabran (Federação Brasileira de Bancos) e com a ABBC (Associação Brasileira de Bancos) para retornar a cobrança dos valores referentes ao custo operacional pela oferta de empréstimos consignados em benefícios previdenciários.

De acordo com a autarquia, embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

embora prevista na legislação, a cobrança estava suspensa desde 2022. Com o acordo, os valores devidos passam a ser regularizados, totalizando, até o momento, R\$ 148,4 milhões.

A cobrança do custo operacional é aplicada às instituições financeiras que firmam ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o INSS para a operacionalização do crédito consignado, incluindo a gestão, o controle e a segurança das operações realizadas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários.

De acordo com a autarquia,

Notas do Enem 2025 já estão disponíveis na internet

Golpe do falso desconto no IPVA mira motoristas em pelo menos cinco estados

Sites que prometem descontos inexistentes no IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) estão sendo usados por golpistas para enganar contribuintes em ao menos cinco estados brasileiros.

As páginas falsas imitam portais oficiais de órgãos estaduais e induzem o pagamento do imposto por Pix, direcionando o dinheiro para contas controladas por criminosos. O golpe foi identificado pela Kaspersky, empresa de segurança digital, que mapeou ao menos 13 sites fraudulentos em circulação.

Segundo o levantamento, os ataques atingem contribuintes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Em comum, os sites usam endereços parecidos com os de órgãos públicos, como Detran (Departamento Estadual de Trânsito) e Sefaz (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo), com base em levantamento da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). As alíquotas do imposto permanecem inalteradas.

Para pagar o IPVA em meios oficiais, é preciso acessar o site da Sefaz do seu estado para emitir o documento de arrecadação ou consultar os bancos credenciados.

As vítimas costumam chegar às páginas por links enviados por email, SMS, anúncios em redes sociais ou até resultados patrocinados em buscadores, que colocam o site falso entre os primeiros resultados da pesquisa.

Ao acessar a página, o usuário é levado a informar o Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores). Em seguida, o site exibe dados reais do veículo — como modelo, ano e cor —, o que reforça a sensação de que se trata de um sistema oficial.

Na etapa final, o golpe oferece opções de quitação do IPVA com descontos que não existem, geralmente com pagamento exclusivo via Pix ou QR Code. Após a transferência, segundo a Kaspersky, o valor vai para contas em nome de terceiros, em bancos digitais, e é rapidamente redistribuído, o que dificulta o rastreamento e a recuperação do dinheiro.

"Os criminosos adaptam os sites conforme o estado da vítima, usando siglas e termos locais para parecerem oficiais e convencer o contribuinte de que o desconto é verdadeiro", afirma Fabio Assolini, diretor da equipe global de pesquisa e análise da Kaspersky para a América Latina.

COMO SE PROTEGER DO GOLPE DO IPVA?

Para reduzir o risco de cair nesse tipo de fraude, especialistas da Kaspersky recomendam algumas medidas:

- Desconfie de descontos elevados ou urgentes: secretarias da Fazenda e Detrans não oferecem abatimentos relâmpago por links enviados fora de seus canais oficiais.

- Confira o endereço do site com atenção: páginas falsas costumam ter pequenas alterações na URL, como letras repetidas ou termos genéricos. Em caso de dúvida, digite manualmente o endereço oficial no navegador ou use o aplicativo do órgão.

- Verifique o destinatário do Pix: impostos estaduais são pagos apenas para contas oficiais do governo ou direto com os bancos autorizados. Se o Pix estiver em nome de pessoa física ou empresa desconhecida, é sinal de golpe.

- Evite informar dados pessoais: não insira Renavam, CPF ou informações bancárias em links recebidos por mensagens ou anúncios.

- Use ferramentas de segurança digital: soluções de proteção podem alertar sobre sites falsos e links maliciosos antes que o usuário conclua o pagamento.

A orientação geral é sempre confirmar informações diretamente nos canais oficiais do estado antes de pagar qualquer tributo.

VEJA O CALENDÁRIO DE VENCIMENTOS DO IPVA 2026 EM SP

Para automóveis, motocicletas, ônibus, microônibus, ca-

mionetas e caminhonetes, o vencimento da primeira parcela ou da cota única do IPVA ocorre em janeiro, de acordo com o final da placa do veículo.

Quem optar pelo pagamento à vista neste mês terá desconto de 3%. Também é possível quitar o imposto em fevereiro, em cota única e sem desconto, ou parcelá-lo em até cinco vezes, com vencimentos mensais de janeiro a maio.

O IPVA paulista teve aumento médio de 2,51% em relação ao ano passado, segundo a tabela de valores venais divulgada pela Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo), com base em levantamento da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). As alíquotas do imposto permanecem inalteradas.

Para carros de passeio, o IPVA corresponde a 4% do valor venial do veículo. No caso de motocicletas, motonetas, caminhonetes com cabine simples, ônibus e microônibus, a alíquota é de 2%. Caminhões pagam 1,5%, enquanto veículos pertencentes a locadoras registradas no estado recolhem 1%.

COMO PAGAR O IPVA 2026?

O pagamento do IPVA 2026 já está liberado nos canais digitais de bancos autorizados pelo governo paulista. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, Santander, Safra, Sicob, Daycoval, Mercantil e Rendimento informaram que já disponibilizam a opção aos clientes. A quitação pode ser feita após informar o número do Renavam. É possível que os dados do veículo já estejam gravados, se o contribuinte quitar o IPVA daquele carro em anos anteriores pelo app do banco.

Se o vencimento cair em um dia sem expediente bancário, a data será automaticamente prorrogada para o dia útil seguinte. O parcelamento é cancelado quando uma parcela — exceto a cota única — deixá-la de ser paga no prazo.

Para pagar via Pix, o contribuinte deve acessar o site da Sefaz-SP, informar os dados do veículo e gerar um QR Code. A quitação pode ser feita em qualquer instituição financeira ou de pagamento participante do Pix até mais de 900 no país — com confirmação imediata.

O QR Code tem validade de 15 minutos. Caso expire sem pagamento, é necessário emitir um novo código, sempre pelo site oficial da Sefaz-SP. No momento da transação, o contribuinte deve verificar se o destinatário é a "Secretaria da Fazenda e Planejamento" — com CNPJ 46.377.222/0003-90, em conta do Banco do Brasil.

MOTORISTAS JÁ PODEM PAGAR O LICENCIAMENTO 2026

Motoristas de São Paulo já podem pegar o licenciamento de 2026, mesmo antes do início do calendário oficial de vencimentos do Detran-SP (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo), que começa em julho e vai até dezembro, conforme o final da placa. A antecipação vale para veículos de qualquer numeração e permite começar o ano com a documentação regularizada.

Neste ano, a taxa do licenciamento é de R\$ 174,08. Para concluir o procedimento, é necessário que não haja pendências no veículo, como multas de trânsito ou débitos de débitos de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Segundo o Detran-SP, a atualização do documento ocorre de forma imediata após a confirmação do pagamento.

É possível pagar a taxa em bancos conveniados ou no próprio portal do Detran-SP, onde o motorista informa o número do Renavam e pode quitar, no mesmo ambiente, eventuais débitos pendentes, inclusive via Pix.

A Febrabanc (Federação Brasileira de Bancos) diz que a disponibilização dessas informações nos sistemas depende da implementação de cada instituição financeira, mas que, no geral, já é possível acessar o licenciamento nos canais de atendimento. (Folhapress)

As notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2025 já podem ser consultadas na Página do Participante, na internet. Os resultados foram divulgados na sexta-feira (16) pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Segundo o balanço da aplicação do exame, participaram da edição de 2025 4,8 milhões de inscritos, com 72% de presença nos dois dias de prova.

Na Página do Participante é

possível conferir tanto a nota da redação (que varia de zero a mil pontos) quanto a pontuação de cada uma das quatro áreas de conhecimento avaliadas. Para os chamados treineiros — aqueles que não conseguiram o ensino médio em 2025, o boletim individual será publicado até 60 dias após a divulgação do resultado.

Com os resultados do exame, os participantes poderão concorrer a vagas em instituições de educação superior públicas pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com inscrições abertas de

19 a 23 de janeiro; tentar uma bolsa de estudo pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), no período de 26 a 29 de janeiro; ou acessar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A inscrição no Sisu não exige envio prévio de documentos. Os selecionados, no entanto, devem observar os prazos e requisitos, bem como apresentar a documentação solicitada pela instituição de educação superior no momento da matrícula.

Os participantes do Enem 2025 que atendem aos critérios

estabelecidos e desejam utilizar o exame para fins de certificação de conclusão do ensino médio devem ficar atentos aos prazos para solicitar o certificado nas instituições, por meio do portal do Inep.

Para obter o certificado de conclusão do ensino médio pelo Enem, é necessário ter indicado essa finalidade no momento da inscrição e alcançar, no mínimo, 450 pontos em cada área do conhecimento, além de obter, pelo menos, 500 na redação. (Agência Brasil)

INSS cobra R\$ 148 mi de bancos por gastos com empréstimos consignados

Os bancos que operam empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) terão de pagar R\$ 14,8 milhões ao instituto para resarcir custos operacionais da oferente desse tipo de crédito, conforme anunciou o órgão na sexta-feira (16).

O valor decorre de um acordo firmado entre o INSS, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e a Abbc (Associação Brasileira de Bancos), que retoma uma cobrança prevista em lei, mas que estava suspensa desde 2022.

A Febraban afirma que a interrupção foi necessária para revisar quais valores deveriam ser cobrados, considerando que aposentados podem procurar o governo quanto as instituições financeiras para oferecer o empréstimo.

Segundo o INSS, a taxa cobre despesas do órgão com a gestão, o controle e a segurança das operações de crédito consignado, que são descontadas diretamente da folha de pagamento dos benefícios previdenciários.

Tem servidores, sistema, ouvidoria. Até 2022 esse custo era único e exclusivamente do Tesouro. Não é justo, porque o INSS não ganha com o consignado", afirmou o presidente do instituto, Gilberto Waller Jr., em entrevista à GloboNews.

O INSS afirma que a retomada da cobrança não traz prejuízo aos beneficiários, já que o pagamento é feito pelas instituições financeiras.

O resarcimento do chamado custo operacional se aplica às instituições financeiras que firmaram ACTs (acordos de cooperação técnica) com o INSS para operar o consignado. De acordo com o instituto, os valores aguados anunciam dízimo respeito à regularização do período em que a taxa deixou de ser recolhida.

Ainda segundo Waller Jr., o cálculo do valor devido por cada banco leva em conta o custo total da operação em determinado ano e o volume de contratos firmados por cada instituição. "Ve-

rifica-se quanto foi o custo operacional daquele ano, e divide-se pelas instituições financeiras de acordo com a quantidade de empréstimos consignados que eles fazem", disse.

A ABCB diz que o pagamento de R\$ 14,8 milhões é retroativo, se refere aos anos de 2022 (R\$ 45,8 milhões), 2023 (R\$ 46,9 milhões) e 2024 (R\$ 55,7 milhões).

O INSS afirma que a retomada da cobrança não traz prejuízo aos beneficiários, já que o pagamento é feito pelas instituições financeiras. AABCB também afirma que o custo é previsto em lei desde a criação do consignado, e que, portanto, já é considerado na precificação do produto.

"Com o novo modelo, o resarcimento ao INSS será repassado pelas instituições financeiras ofertantes do produto diretamente e o rateio será de acordo com a participação da carteira de consignado de cada instituição", diz a Febraban, em nota.

"Não havia questionamento sobre a legalidade da cobrança, mas sim em relação aos valores cobrados anteriormente, os quais foram revistos, segundo nova metodologia", diz a ABCB.

O órgão também anunciou nesta sexta-feira que criou uma coordenação para fiscalizar e aplicar multas administrativas a cartórios que deixam de informar registros civis com impacto direto sobre a Previdência Social, como óbitos e nascimentos.

Pela legislação, cartórios são obrigados a comunicar essas informações ao INSS dentro de prazos definidos, sob pena de multa. Nos últimos cinco anos, o instituto lavrou cerca de 4,4 milhões de autos de infração, mas as penalidades não vinham sendo efetivamente cobradas.

Com a nova estrutura, a arrecadação potencial com multas pode chegar a até R\$ 14 bilhões, segundo o próprio órgão. (Folhapress)

Lula e Ursula destacam que acordo Mercosul-UE beneficiará a todos

A implementação do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia terá como horizonte a redução de desigualdades e a prosperidade. Essa expectativa foi compartilhada na sexta-feira (16) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, no Rio de Janeiro.

Os dois se reuniram na sede

do Ministério das Relações Exteriores na capital fluminense para tratar do acordo entre os blocos,

que criará uma das maiores áreas de comércio do mundo, onde vivem aproximadamente 720 milhões de pessoas.

A aprovação do acordo por parte da União Europeia foi anunciada na semana passada, após mais de 25 anos de negociações.

Lula destacou que "liberalização e abertura comerciais só fazem sentido se forem capazes de promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades", disse ele, ao lembrar que comércio e investimento resultam em novos empregos e oportunidades.

Lula acrescentou que, diferentemente do passado, o Brasil não se restringirá ao fornecimento de commodities — em especial, produtos agropecuários — e a União Europeia.

"Não nos limitaremos ao eterno papel de exportador de commodities. Queremos produzir e vender bens industriais de maior valor agregado", disse ele, que destacou que o acordo prevê incentivos para investimentos e oportunidades.

Lula afirmou que, diferentemente do passado, o Brasil não se restringirá ao fornecimento de commodities — em especial, produtos agropecuários — e a União Europeia.

"Sei que, entre nossas regiões e nossos povos, o melhor ainda está por vir", disse ela ao iniciar o discurso.

"É assim que a gente cria a prosperidade verdadeira, que é a prosperidade compartilhada. Nós



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

cordarmos que o comércio internacional não é um jogo de zero a zero", argumentou.

Ursula disse que a assinatura do acordo, que será oficializada no sábado (17), no Paraguai, é apenas o primeiro passo de algo muito positivo que está por vir.

"Toda história só será contada com êxito quando as empresas começarem a sentir os benefícios de nosso acordo. Algo que deve ocorrer rapidamente", disse.

Ela afirmou que o acordo vai multiplicar oportunidades, com regras claras e previsíveis; e com padrões e cadeias de abastecimentos que, segundo ela, "servirão de rodovias para o investimento".

"Este acordo agora concluído é a conquista de uma geração inteira", acrescentou a chefe europeia em meio a agradecimentos ao empenho de Lula para a consolidação do acordo.

"A liderança política, o compromisso pessoal e a paixão que o senhor mostrou nas últimas semanas e meses, meu caro presidente Lula, foram realmente enormes", acrescentou ao elogiar o direcionamento do presidente brasileiro durante as negociações. (Agência Brasil)

Governo de SP homologa PPP do Sistema de Travessias Hídricas e confirma consórcio vencedor

O Governo de São Paulo informa que foi publicada no Diário Oficial do Estado, a homologação e adjudicação da Parceria Público-Privada (PPP) do Sistema de Travessias Hídricas.

A medida confirma o Consórcio Acqua Via SP, formado pelas empresas BK Consultoria e Serviços, Internacional Marítima, Rodonave Navegações, Zetta Infraestrutura e Participações e Inova Soluções Inteligentes, como vencedor definitivo do certame.

A decisão encerra a etapa de concorrência e convoca a consorciada para o cumprimento das etapas pré-contratuais que antecedem a assinatura do con-

trato, prevista para ocorrer ainda neste semestre.

Com investimento total estimado em R\$ 2,5 bilhões e prazo contratual de 20 anos, a PPP prevê a aquisição de mais de 40 novas embarcações, sendo a maioria das 100% elétricas. O projeto também contempla a requalificação e ampliação de 20 terminais no Estado de São Paulo, além da implantação de novas oficinas de manutenção, centros de controle operacional, cabinas automáticas de cobrança e sistemas avançados de automação e segurança.

O Consórcio Acqua Via SP venceu o leilão realizado na B3, em novembro de 2025, ao oferecer desconto de 12,60% sobre

o valor máximo do preço unitário por partida previsto no edital.

Durante a fase de estruturação, a PPP de Travessias Hídricas tornou-se o primeiro projeto do Brasil a receber a certificação internacional Blue Dot Network, concedida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O reconhecimento atesta o alinhamento da iniciativa aos mais elevados padrões internacionais de governança, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

A modernização do sistema estadual de travessias permitirá a redução de até 18 mil toneladas de emissões de CO₂ por ano, consolidando o projeto como um dos maiores programas de descarbonização do transporte aquaviário no país.

Entre as linhas contempladas estão São Sebastião–Ilhabela, Santos–Guarujá, Bertioga–Guarujá, Cananéia–Ilha Comprida, Iguape–Jureia e Bororé–Grajaú, entre outras. O projeto vai beneficiar áreas de grande relevância econômica e populacional, além de garantir melhor desempenho nas épocas de maior movimento. O modelo prevê que a concessionária reforce a frota em feriados e períodos de alta temporada, assegurando mais viagens e redução nas filas de espera.

Lula diz que salário-mínimo é baixo, mas aponta importância de direito

Farmacêutica libera injeção contra HIV para estudo da Fiocruz em sete cidades do país

A Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) está prestes a iniciar um estudo para avaliar a implementação do lenacapavir, injeção semestral de prevenção ao HIV, no SUS (Sistema Único de Saúde).

Chamado ImPrEP LEN Brasil, o projeto irá disponibilizar o medicamento em sete cidades do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Florianópolis, Manaus, Campinas (SP) e Nova Iguaçu (RJ).

O público-alvo será o considerado mais vulnerável à infecção: homens gays e bissexuais, pessoas não binárias identificadas como do sexo masculino ao nascer e pessoas transgênero, de 16 a 30 anos.

Não haverá recrutamento para participação. Ela será espontânea. Um indivíduo do grupo mapeado que chegar a um centro de saúde buscando a PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) terá a opção de tomar o lenacapavir ou a combinação já distribuída no Brasil desde 2018, um comprimido diário combinando os antiretrovirofármacos tenofovir e entecavabin.

"Assim, vamos avaliar o interesse e a logística para aplicação da injeção", diz Beatriz Grinsztejn, pesquisadora principal do ImPrEP LEN Brasil e presidente da International Aids Society (Organização Intermunicipal da Aids, em português). "Estamos muito animados."

A Gilead Sciences, fabricante do lenacapavir, já disponibilizou doses para o projeto. Seu início só depende da chegada de agulhas específicas ao país. O estudo é financiado pela Unifacisa, iniciativa global de saúde que trabalha com parceiros para trazer inovações para prevenir, diagnosticar e tratar as principais doenças em países de baixa e média renda.

O intuito do estudo é subsidiar o Ministério da Saúde numa análise de implementação do lenacapavir no SUS (Sistema Único de Saúde). Na segunda-feira (12), a Anvisa aprovou o registro do medicamento em território nacional.

Apesar disso, o produto ainda depende da definição do preço máximo pela CEMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos). A disponibilização no sistema público de saúde será avaliada pela

Ao participar de cerimônia alusiva aos 90 anos do salário mínimo no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, na sexta-feira (16), que o valor do salário mínimo adotado no país é muito baixo.

"Não estamos fazendo esse ato de apologia ao valor do salário-mínimo. Porque o valor do salário-mínimo é muito baixo no Brasil. Estamos fazendo apologia aqui à ideia de um presidente da República que, em 1936, criou a possibilidade de se estabelecer um salário que garantisse aos trabalhadores os direitos elementares."

Dentre os direitos dos trabalhadores citados por Lula em sua fala estão o direito de morar, comer e estudar, além do direito de ir e vir. "Desde que foi criado, o salário-mínimo não preenche esses requisitos de intenção da lei", disse o presidente durante a cerimônia, no Rio de Janeiro.



Foto: Ricardo Stuckert/PR

Novo valor
O novo salário mínimo, no valor de R\$ 1.621, passou a valer a partir de 1º de janeiro deste ano. O reajuste aplicado foi de 6,79% ou R\$ 103. O salário-mínimo anterior era de R\$ 1.518.

O valor foi informado após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado no cálculo do reajuste anual do salário-mínimo. O indicador registrou 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses.

mo. O indicador registrou 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses.

Pela estimativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o novo salário mínimo injetará R\$ 81,7 bilhões na economia. O cálculo considera os efeitos sobre a renda, o consumo e a arrecadação, ainda que em um ce-

nário de restrições fiscais mais rígidas.

A regra do reajuste do salário-mínimo determina que o valor tenha duas correções: uma pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, ou seja, 4,18%, e outra pelo crescimento da economia de dois anos. No dia 4 de dezembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmando expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal, mecanismo que controla a evolução dos gastos públicos, determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Pela regra, o salário-mínimo de 2026 seria R\$ 1.620,99, e com o arredondamento previsto em lei, passa para R\$ 1.621, reajuste de 6,79%. (Agência Brasil)

Dezesseis projetos concorrem em edital para restauração da Amazônia



Foto: Ricardo Stuckert/PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras receberam 16 propostas para participar do edital da iniciativa ProFloresta+. Os projetos vencedores poderão acessar financiamento diferenciado do BNDES, como linhas do Fundo Clima voltadas à restauração com espécies nativas.

o resultado das inscrições, encerradas no último dia 9, foi "bem superior à expectativa de contratação prevista" e evidencia "o interesse do mercado em projetos de restauração florestal com geração de créditos de carbono de alta integridade".

Em nota divulgada na sexta-feira (16), o BNDES informou que

o resultado das inscrições, encerradas no último dia 9, foi "bem superior à expectativa de contratação prevista" e evidencia "o interesse do mercado em projetos de restauração florestal com geração de créditos de carbono de alta integridade".

o resultado das inscrições, encerradas no último dia 9, foi "bem superior à expectativa de contratação prevista" e evidencia "o interesse do mercado em projetos de restauração florestal com geração de créditos de carbono de alta integridade".

Lançado em novembro passado, durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), o

de créditos de carbono – o equivalente às emissões anuais de cerca de 8,9 milhões de automóveis. No conjunto, o ProFloresta+ tem potencial de mobilizar mais de R\$ 1,5 bilhão em investimentos para o reflorestamento da Amazônia nos próximos anos.

O objetivo do primeiro edital é adquirir 5 milhões de créditos, distribuídos em cinco contratos de 1 milhão de unidades de Carbono Verificadas (VCUs) cada.

As propostas agora seguem para a fase de avaliação de efetividade técnica, segundo os critérios estabelecidos no edital, que incluem dentre outros, requisitos rigorosos de integridade ambiental e salvaguardas socioambientais. Caberá à Petrobras escolher o conjunto de propostas que representem o menor desembolso para o número total de créditos de carbono que se deseja contratar.

O resultado do certame, com indicação dos vencedores, dos volumes contratados e do valor a ser pago pelos créditos, será informado pela Petrobras após conclusão do processo licitatório, prevista para o primeiro semestre de 2026. (Agência Brasil)

Governo de SP intensifica vacinação contra sarampo e febre amarela em profissionais do transporte público

Foto: Divulgação/Governo de SP

prometidos ou com contraindicações. A vacinação é uma das principais estratégias para prevenir surtos e epidemias de doenças imunopreveníveis.

Quem deve se vacinar contra sarampo:

Crianças: a vacinação contra o sarampo faz parte do Calendário Nacional de Vacinação. A administração da primeira dose deve ser aplicada aos 12 meses de idade (tríplice viral – sarampo, caxumba e rubéola) e a segunda aos 15 meses (tetra viral – sarampo, caxumba, rubéola e varicela);

Pessoas de 5 a 29 anos devem tomar duas doses da vacina com intervalo mínimo de 30 dias entre as doses. A pessoa que comprovar 2 doses da vacina tríplice viral será considerada vacinada;

Trabalhadores da saúde: Deverão receber 2 doses de tríplice viral, a depender da situação vacinal encontrada, independentemente da idade. Considerar vacinado o trabalhador da saúde que comprovar 2 doses da tríplice viral.

Quem deve se vacinar contra febre amarela:

Crianças: uma dose é recomendada aos 9 meses de idade e um reforço aos 4 anos;

Pessoas que receberam apenas uma dose antes dos 5



A mobilização será reforçada com o Dia D de vacinação, em 24 de janeiro

anos: devem tomar uma dose de reforço;

Pessoas de 5 a 59 anos que ainda não foram vacinadas devem receber uma dose única.

Saiba como identificar os sintomas de sarampo:

Exantema (manchas vermelhas) no corpo e febre alta (acima de 38,5°) acompanhada de um ou mais dos seguintes sintomas:

Tosse seca;

Irritação nos olhos (conjuntivite);

Nariz escorrendo ou entupido;

Saiba como identificar os sintomas de febre amarela:

Início súbito de febre;

Calafrios;

Dor de cabeça intensa;

Dores musculares;

Dores no corpo em geral;

Náuseas e vômitos;

Fadiga;

Fraqueza.

No ano passado, o estado de São Paulo registrou dois casos importados de sarampo. Já em relação à febre amarela, em 2025 foram confirmados 57 casos no estado, com 34 óbitos.

Dúvidas sobre vacinação?

O Governo de SP, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, criou o portal "Vacina 100 Dúvidas" com 100 perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A ferramenta esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: www.vacina100dúvidas.sp.gov.br. (Governo de SP)

MDIC cria portal com informações sobre comércio entre Mercosul e UE

Os interessados em identificar oportunidades de negócios decorrentes da assinatura do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia (UE), prevista para ocorrer neste sábado (17), ganham uma nova ferramenta na internet.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou, na sexta-feira (16), uma plataforma digital que reúne dados do comércio entre os dois blocos regionais.

O chamado Painel de Oportunidades Mercosul-União Europeia contém informações consolidadas sobre países compradores, produtos exportados pelo Brasil, distribuição regional das exportações, tarifas aplicadas e o cronograma de redução tarifária previsto no acordo.

Segundo o ministério, o objetivo da plataforma desenvolvida pela Secretaria de Comércio Exterior é apoiar a atuação de exportadores brasileiros e orientar políticas públicas de comércio exterior.

"O acordo com a União Europeia é o mais relevante já firmado

pelo Mercosul", afirmou a secretária nacional de Comércio Exterior, Tatiana Prates, referindo-se à potencial integração do mercado de cerca de 720 milhões de pessoas (450 milhões na UE e cerca de 295 milhões no Mercosul) com capacidade de incrementar as exportações brasileiras em cerca de US\$ 7 bilhões.

"Mas, para que ele alcance todo o seu potencial, é necessário transformar os compromissos assumidos em oportunidades concretas", acrescentou a secretária, afirmando que o painel representa uma primeira contribuição em um esforço contínuo de implementação do acordo, funcionando como instrumento de política pública para democratizar o acesso à informação.

"Ele organiza informações estratégicas e as coloca à disposição de quem decide, produz e exporta", concluiu Tatiana.

Disponível desde ontem na internet, o painel permite a visualização das informações por unidade da federação, setores e produtos.

(Agência Brasil)